



## MOÇÃO

N.º 04/2018

Data: 20-09-2018

**Título: Na defesa dos direitos dos Professores**

---

Continuamos a assistir a um grave conflito entre os professores e o Governo, originado pelo facto do Governo não honrar o compromisso de recuperar o tempo de serviço dos docentes durante os anos em que as carreiras estiveram congeladas, precisamente 9 anos 4 meses e 18 dias.

Falamos de facto, de uma quebra de um compromisso, da violação da máxima tão propagada por António Costa de “palavra dada, palavra honrada”. O Governo viola a Lei do Orçamento do Estado, que determina que “a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras (...) é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis”, sendo claro que o tempo das carreiras é integral, não é uma fração ou uma abstração que permita diferentes interpretações. Mas o Governo desrespeita também a Resolução 1/2018 da Assembleia da República, que recomenda a contabilização integral do tempo de serviço. O facto do PS ter dado o seu voto favorável aos dois diplomas deveria valer de alguma honra à palavra dada.

Os professores não querem privilégios, querem respeito pelos seus direitos. Nunca o respeito pelos direitos fundamentais trouxe prejuízo para a escola pública, bem pelo contrário. Nem tão pouco os professores, através dos sindicatos, foram intransigentes, antes pelo contrário, quem se recusou a sair da proposta de recuperar apenas 2 anos, 9 meses e 19 dias foi o Governo. Os sindicatos apresentaram várias propostas para o faseamento da recuperação, algumas com alcance temporal maior do que a legislatura, para mitigar o impacto financeiro. Refira-se, aliás, que a solução encontrada pelos sindicatos não era muito diferente da que foi encontrada no passado para recuperar outros períodos de congelamento, como aconteceu no governo de António Guterres.

Cabia ao Governo a obrigação de, negociando, “definir o prazo e o modo” para a reposição do tempo de serviço. Tal norma do OE decorre de uma proposta apresentada pelo próprio PS, depois de negociações com o BE e o PCP.

Infelizmente o Governo e o PS pretendem reduzir a luta pelos direitos e dignidade das carreiras dos professores a uma “revindicação sindical”, procurando alimentar maldosamente o preconceito social contra os sindicatos. Pretende isolar os professores, caricaturando-os como uma classe privilegiada.



E que fique claro, nenhum professor exige retroativos, porque nenhum professor está a exigir agora os aumentos salariais perdidos durante os anos de congelamento.

E que fique, também, claro que a progressão na carreira docente não é automática. Para progredirem, os professores têm de obter classificação mínima de “bom” na avaliação de desempenho, formação contínua certificada, avaliação externa através de aulas assistidas, além de ficarem limitados às vagas fixadas pelo Governo no acesso ao 5º e ao 7º escalões.

“É demasiado caro. Não há dinheiro” repete o Governo, avançando números claramente inflacionados por ignorarem cálculos de faseamento da valorização remuneratória. Mas sim, a reposição de direitos tem um custo, mas o seu contrário é a austeridade que o país recusou nas urnas.

O debate público deveria ser sobre o que realmente interessa: sobre a dignidade, reconhecimento e valorização uma década de trabalho e dedicação à escola pública, em anos duríssimos, de milhares de professores, pilares fundamentais da escola pública.

**Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Amadora reunida em sessão ordinária em 27 de Setembro de 2018, aprova:**

- 1. Apoiar a luta das professoras e dos professores pela dignidade e valorização das suas carreiras, incluindo o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço;**
- 2. Enviar a presente moção ao Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Primeiro Ministro, ao Ministro da Educação e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.**

O Grupo Municipal do BE

Ricardo Gouveia